

A pesquisa do IPEA e a tolerância à violência contra as mulheres:  
nosso (in)justificável espanto!

Recentemente, resultados de pesquisa realizada pelo IPEA, sobre tolerância à violência contra a mulher na sociedade brasileira, causaram profundo incômodo a feministas, movimentos sociais, grupos de direitos humanos, entre outros. No sábado, 29 de abril, os resultados foram parar no capítulo da novela “Em Família”, da Rede Globo. Os personagens de Humberto Martins e Júlia Lemmertz “comentaram” os resultados da pesquisa, numa cena com forte emotividade e “indignação”, na qual “o casal” tece comentários críticos sobre as respostas, depois que “Virgílio lê o jornal” e, “chocado com o resultado”, comenta o assunto “com sua esposa Helena”, que também manifesta total reprovação e desconforto com os posicionamentos dos entrevistados. Em listas de e-mail e redes sociais, o mal-estar manifesto foi geral.

As primeiras reações aos resultados da pesquisa foram, de algum modo, bastante naturalizadoras das respostas dos entrevistados. Algo assim como “esta é a cabeça dos brasileiros/das brasileiras, que horror!”, fez muita gente manifestar sua decepção, desânimo, desesperança ou indignação.

Não sem questionar a própria pesquisa (motivo da queda de diretor do instituto por divulgação de dados errados) por sua reificação “à opinião pública”, queremos destacar aqui que as respostas dos entrevistados não deveriam ser objeto de espanto para ninguém!

Começemos pela pesquisa: o IPEA pretendeu apenas que os entrevistados se posicionassem em concordância ou discordância com relação às sentenças propostas no formulário de pesquisa. E que sentenças eram essas? Salvo engano, todas elas eram pura e bruta expressão do que escorre solto no imaginário social da sociedade brasileira a propósito de gênero e relações de gênero, violência contra a mulher, “aceitação” da homossexualidade, entre outros assuntos. Nenhum problema que a pesquisa tenha sido realizada com esse objetivo. É legítimo que se faça pesquisa para aferir o grau de concordância ou discordância da sociedade com “ditos” e “afirmações” que nela circulam cotidianamente.

Todavia, não se pode deixar de considerar que os ditos e afirmações (as “sentenças” e “frases” da pesquisa), recolhidos entre outras produções do imaginário social, decorrem de representações sociais, concepções, ideias e práticas que são socialmente construídas e – é preciso que se diga – reiteradas de muitas maneiras na nossa sociedade. O que o Instituto transformou em “sentenças” a serem avaliadas com o “concordo” ou “discordo” é resultado de práticas sociais cuja sustentação depende de sua legitimação ideológica em falas como as que foram destacadas na investigação. Os sujeitos daquelas respostas posicionaram-se em face de afirmações que são elas próprias aquelas que os constroem cotidianamente. Diante das perguntas propostas, eles estavam como diante de espelhos. Falas que são portadas por esses sujeitos como vestimentas de seus corpos, guias do pensar e do agir. O que mais de diferente iriam responder?

Há algum tempo, em bom ensaio, Pierre Bourdieu observou que a “opinião pública” não existe senão como um “mito”. Toda ela é opinião construída, nunca de modo neutro. E embora exista socialmente, esta “opinião” deve ser sempre contextualizada e relativizada. Assim, respostas a enquetes e pesquisas devem ser pensadas como sendo sempre respostas situadas, condicionadas. E, principalmente, efeito de construções sociais, políticas, morais, ideológicas. Por que seria diferente com o caso da “tolerância à violência contra as mulheres na sociedade brasileira”? Sociedade que, por seus agentes, é profundamente violenta com as mulheres, gays, lésbicas e transgêneros.

Assim, cabe lembrar, as respostas dos entrevistados da pesquisa são reiterações de realidade que lhes parece muito natural, normal. Nas exclamações espantadas tipo “esta é a cabeça de brasileiros e brasileiras!”, até parece que a pesquisa a encontrou magicamente, comandando corpos e seus atos, como se ela (a cabeça) nesses corpos repousasse, com seus pensamentos, por obra de um incompreensível *modo de ser* da “gente brasileira” (homens e mulheres), entre outras conclusões essencialistas e naturalizadoras. Ora, o que a pesquisa revela é que há homens e mulheres na sociedade brasileira (maioria, em algumas respostas, mas nunca a totalidade!) que estão profundamente convencidos daquilo mesmo que esta sociedade lhes oferece e ensina como modelo de valoração cultural e moral do gênero e das relações de gênero. O problema, pois, não está

nesta “gente machista”, nos entrevistados que deram respostas (inesperadas?) sobre assuntos que queremos ver superados, mas na sociedade que produz os sujeitos que as pronunciam. Sociedade que os está construindo, contínua e cotidianamente, com a participação de homens e mulheres e múltiplos setores (famílias, escolas, universidades, mídias, religiões, entre outros exemplos), na irreflexão da reiteração do social instituído.

A tolerância à violência contra as mulheres (e não apenas, mas toda depreciação do feminino, toda tolerância ao rebaixamento e agressão ao feminino) anda de par com a cultura de culto ao masculino, aos masculinismos, cultura de supervalorização da masculinidade presumida “própria dos homens”. Cultura produzida pela *matrix* na qual impera a ideologia da heterossexualidade compulsória (como denunciou Adrienne Rich), esta que atua para a produção de homens que se convençam que sua “virilidade” se demonstra com agressividade, machismo e violência e para a produção de mulheres que aceitem que sua “feminilidade” se demonstra com submissão, passividade, dependência. Não é por outra razão que esta mesma *matrix* produz igualmente a homofobia. Qual outro resultado poderia produzir uma sociedade que, na cotidianidade de famílias, escolas, lugares de trabalho, atua para evitar que seus homens tornem-se “femininos”, “doces”, “delicados”, isto é, “gays”, como exemplo da algo negativo, e suas mulheres tornem-se lésbicas, como se o fato representasse a pior das coisas? A tolerância com a violência contra as mulheres, com a depreciação do feminino e as violências praticadas contra gays, lésbicas e trans têm a mesma origem. Violência contra as mulheres e homofobia são ideologicamente solidárias.

O espanto com as “respostas” e com “a cabeça dessa gente que tolera violência contra as mulheres” deveria ser transformado em engajamentos em lutas que mudem a sociedade brasileira no tocante ao que ela tem construído quando a região da vida é o gênero, as relações de gênero e à sexualidade. Ao invés do espanto: “brasileiros continuam pensando assim”, deveríamos nos ocupar com a reflexão sobre o que temos feito, na educação social geral, para construir outra cultura e sociedade cujas concepções, valores e práticas não aceitem a violência contra as mulheres e, igualmente, não aceitem a violência contra gays, lésbicas, trans, negros, pobres, entre outros.

Se na maioria ou em boa parte dos respondentes não há afastamento do discurso ideológico que tenta colonizar a sociedade inteira no domínio do gênero, das relações de gênero, é somente com a crítica e práticas críticas que ultrapassaremos esse discurso e superaremos a realidade que hoje espanta quando fotografada em pesquisa. Discurso ideológico que, construindo a supremacia do masculino e a inferiorização do feminino, e, na inversão própria à ideologia, converte as mulheres, da condição de violentadas, em violentadoras. Os discursos sobre o estupro e o assédio sexual sendo aqueles que mais (in)visivelmente praticam essa inversão.

Em nossa décima edição, temos o contentamento de dar continuidade à publicação de nossos dossiês temáticos, que, nesta ocasião, traz o tema do cinema, gênero e sexualidade. Organizado e constituído por estudiosas/estudiosos do assunto, traz contribuições de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, vinculados a universidades ou a grupos de pesquisa.

Esperamos que a leitura dos textos seja do agrado e do interesse de todos/as aqueles/as que têm acompanhado a revista Bagoas.

**Alipio de Sousa Filho**

**Editor**